RASTREAMENTO DO CÂNCER DE COLO DE ÚTERO NO BRASIL: UMA COMPARAÇÃO REGIONAL ENTRE OS PERÍODOS 2015–2018 E 2019–2022

DANIELA REMONTTI; MARIA EDWIGIS FONTENELE OLIVEIRA

Introdução: De acordo com o Instituto Nacional do Câncer (INCA), desconsiderando-se o câncer de pele não melanoma, o câncer de colo de útero surge para o público feminino como terceiro de maior incidência no Brasil. Nesse contexto, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), este é prevenível por rastreio, configurando essa comorbidade como questão de saúde pública da mulher e retificando a análise citopatológica como método de estratégia preventiva de escolha no País. **Objetivo:** Comparar as regiões brasileiras no condizente à realização da análise anteriormente citada em dois períodos distintos: 2015–2018 e 2019–2022 - tratando-se de um estudo ecológico. **Metodologia:** Pesquisa via TabNet, do DATASUS, checando os procedimentos 0203010060 e 0203010086, os quais envolvem exame citopatológico ao nível de rastreamento. Em seguida, calculou-se a porcentagem de exames citopatológicos por região, visando encontrar a proporção de casos em cada uma para fins comparativos. **Resultados:** Entre os dois períodos, constatou-se um aumento no número total de exames no Brasil e, percentualmente, crescimento nas regiões Sudeste (+5,16%), Nordeste (+10,4%) e Norte (+77,3%). Em contrapartida, observou-se queda nas regiões Sul e Centro-Oeste, com reduções de 3,9% e 6,4%, respectivamente. Apesar disso, pontua-se que, em números totais de exames, o Sudeste permanece em liderança, enquanto o Norte segue em último lugar. **Conclusão:** A região Norte apresentou as maiores taxas percentuais de realização do exame citopatológico; contudo, ainda exibe a menor cobertura em termos de número total de exames. Ressalta-se também que o Sudeste mantém o maior número de exames, sem variações extremas entre os períodos. Além disso, as regiões Sul e Centro-Oeste apresentam quedas discretas. Esses achados podem estar relacionados ao defasamento no registro de dados, bem como às dificuldades específicas de cada região, sendo necessárias pesquisas longitudinais para o esclarecimento e a organização de políticas públicas voltadas à saúde da mulher.

Palavras-chave: **VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA; PREVENÇÃO SECUNDÁRIA; ONCOLOGIA**

DOI: 10.51161/iii-conasm/57269